



AGENDA

LEGISLATIVA

2026



AGENDA

LEGISLATIVA

2026



Expediente

Diretoria Executiva Período 2023-2026

Francisco Barreto
Presidente

Antonio Luiz de Souza e Mello
Diretor de Serviço

Maria do Carmo David
Diretora Financeira e Patrimonial

Conselho Fiscal

Tereza Soares
(Coordenadora/Titular)

Linaldo Coy de Barros (Titular)

Antero M. Abreu (Titular)

Contato

Rua Álvaro Alvim, 21, 8º andar
Cinelândia - Centro - RJ

(21) 3212-3600

comunicacao@ambep.org.br

www.ambep.org.br

Conselho Deliberativo

Aracaju

João Damião de Santana (Titular)
Hélio Pereira de Lima (Suplente)

Campinas

Lairton Corrêa de Souza (Titular)

Curitiba

Ângela Maria S. Cavalheiro (Titular)
Maria Luiza Kulitch (Suplente)

Macaé

João Luiz Hygino Brandão (Presidente)

Natal

Valmir Castro de Almeida (Titular)
Lenilson M. de Souza (Suplente)

Rio de Janeiro

Mônica Cristaldi Cardoso (Titular)

Salvador

Manoel Esmeraldo de Sousa (Secretário)

Santos

Ariovaldo Moacir Neves (Vice-Presidente)
Antenor Rechi (Suplente)

Apresentação

A AMBEP – Associação de Mantenedores-Beneficiários da Petros – foi criada no início dos anos 80, por um grupo de “jovens” pioneiros que começavam a se aposentar. Era preciso criar uma Associação séria e digna, que reunisse os petroleiros e desse suporte àqueles que se aposentavam. Desde a sua fundação, em 1981, a Associação desempenha importante papel na defesa dos interesses de seus associados petroleiros.

Desde setembro de 2023 a AMBEP conta com uma Célula Parlamentar, formada por uma equipe interna e um suporte de Consultoria e Assessoria legislativa e parlamentar, com sede em Brasília, contratada para atuar em temas parlamentares que possam impactar os nossos Associados.

A empresa de Consultoria e Assessoria faz um acompanhamento constante dos Projetos de Leis de interesse dos nossos Associados. Os Projetos são encaminhados para nossa equipe interna, que prioriza os mais impactantes e importantes, atuando de forma imediata, emitindo Parecer ou Carta-Manifesto, com posicionamento da AMBEP em relação ao tema. Depois é feito monitoramento do objeto para definir as estratégias de atuação, que pode ter diversos tipos de desdobramentos.

Apresentamos, nesta publicação, nossa Agenda Legislativa para o ano de 2025. Trata-se da sistematização dos principais Projetos de Lei de interesse da classe petroleira e que tem como objetivo aprofundar o diálogo, inclusive com autoridades do Executivo, nos pontos que são apresentados neste documento.

Índice

4	Palavra do Presidente
5	Estrutura/Mesa Diretora
6 e 7	Siglas
8	Elaboração das Leis/Plenário
9	Comissões
10	Principais tipos de proposições legislativas
11 12 13 e 14	Mesas Diretoras - Deputados
15 e 16	Mesas Diretoras - Senado
17	Tributação e Justiça fiscal na previdência Complementar
17	PL 4016 e PL 4690
18	PL 4693 e 4694
19	PL 4697 e 2744
20	PL 2752 e 7781
21	PL 581
22	Equacionamento de déficits e contribuições extraordinárias
22	PL 1739 e PLP 15
23	PLP 439 e 265
24	Governança, transparência e proteção dos fundos de pensão
24	PL 5546 e PLP 58
25	PLP 268 e PLP 84
26	PDL 483 e PLP 83
27	Direitos dos Aposentados e Pensionistas
27	PL 294 e 7172
28	PL 2797
29	Previdência complementar e Relação com o Estado
29	PDL 313 e PDL 325
30	PDL 348 e PLP 12
31 e 32	Anotações
33	Acompanhamento de proposições Legislativas
34	Agora é Lei
36 a 38	Dúvidas Frequentes
38	Conclusão

PALAVRA

DO PRESIDENTE

Francisco Barreto

É com grande senso de responsabilidade e compromisso que apresentamos a Agenda Legislativa da AMBEP 2026, agora em sua terceira edição, consolidando-se como um instrumento estratégico fundamental na defesa dos direitos e interesses dos nossos Associados.



Ao longo dos últimos anos, fortalecemos nossa atuação institucional junto aos poderes Legislativo e Executivo, ampliando o diálogo e ocupando, com legitimidade, os espaços de representação que nos cabem. Esta nova edição reafirma não apenas a continuidade desse trabalho, mas o nosso posicionamento firme, técnico e comprometido com pautas que impactam diretamente a vida dos beneficiários do sistema Petrobras.

Somos a maior associação de petroleiros do Brasil, e essa representatividade nos impõe um papel ainda mais ativo, responsável e vigilante. Cada pauta defendida, cada articulação realizada e cada avanço conquistado refletem o esforço coletivo de uma entidade que atua com seriedade, transparência e propósito.

Seguiremos trabalhando de forma incansável para ampliar conquistas, fortalecer direitos e garantir que a voz dos nossos Associados seja respeitada e considerada nos espaços de decisão.

Sabemos que os desafios são constantes, mas temos convicção de que, com união, engajamento e estratégia, continuaremos avançando de forma consistente e sustentável.

Agradeço a confiança de todos e reforço: nosso compromisso é diário, firme e inegociável.

**Seguimos juntos,
construindo um futuro cada
vez mais sólido para todos.**

Estrutura

A composição da cúpula central do Congresso Nacional procura assegurar a proporcionalidade das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com a atuação na Casa, proporcionando, tanto quanto, possível a participação igualitária.

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de Presidência - Presidente e dois Vice-Presidentes - e de Secretaria, composta por quatro Secretários e quatro Suplentes. Os membros efetivos da Mesa não podem fazer parte de Liderança nem de Comissão Permanente, Especial ou de Inquérito (art. 14 do Regimento Interno).

Mesa Diretora do Senado Federal

Pela tradição, a maior bancada indica o candidato à presidência. A Constituição estabelece o critério da proporcionalidade para que a composição da Mesa corresponda à representatividade.

São atribuições da Mesa, administrar os trabalhos do Senado; convocar e conduzir as sessões do Senado e do Congresso; propor transformação de sessões públicas em secretas; cuidar de eleições internas; distribuir matérias às comissões; promulgar resoluções e decretos legislativos; dar posse aos senadores.

SIGLAS - Gerais

CD	Câmara dos Deputados
CN	Congresso Nacional
MPV	Medida Provisória
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
SF	Senado Federal
SUG	Sugestão Legislativa
MESA	Mesa Diretora das Casas Legislativas

SIGLAS - Comissões Permanentes do Senado Federal

CAE	-Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	- Comissão de Assuntos Sociais
CCJ	-Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT	-Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDH	-Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR	-Comissão Diretora do Senado Federal
CDR	-Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	-Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	-Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA	-Comissão de Meio Ambiente
CRA	-Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	-Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CSF	- Comissão Senado do Futuro
CSP	-Comissão de Segurança Pública
CTFC	-Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

SIGLAS- Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

CASP - Comissão de Administração e Serviço Público

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CCOM - Comissão de Comunicação

CCTI - Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação

CCULT - Comissão de Cultura

CDC - Comissão de Defesa do Consumidor

CDE - Comissão de Desenvolvimento Econômico

CDHMIR - Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano

CE - Comissão de Educação

CESPO - Comissão do Esporte

CFFC - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

CFT - Comissão de Finanças e Tributação

CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços

CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CINDRE - Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional

CLP - Comissão de Legislação Participativa

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CME - Comissão de Minas e Energia

CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

CPASF - Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família

CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

CPOVOS - Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais

CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

CSAÚDE - Comissão de Saúde

CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

CTRAB - Comissão de Trabalho

CTUR - Comissão de Turismo

CVT - Comissão de Viação e Transporte



Elaboração das Leis

Há ritos específicos para a tramitação dos diversos tipos de propostas legislativas dispostos na Constituição Federal e nos regimentos internos das Casas. Em resumo, o trabalho de elaboração de leis se desenvolve em duas fases distintas em cada Casa Legislativa: a das comissões e a do Plenário.

Plenário

Nas duas Casas o Plenário é o órgão máximo, ou seja, a última instância de decisão sobre a maioria das matérias apreciadas. Nele, os deputados e senadores se reúnem em sua totalidade, discutem e votam soberanamente as proposições em tramitação, no cumprimento das suas funções constitucionais.

Comissões

Cada Casa é composta por comissões temáticas, que são órgãos integrados por um número menor de parlamentares. As comissões são distribuídas por temas de interesse nacional, como educação, saúde, segurança e finanças, considerando a necessidade de divisão e a especialização do trabalho.

É também no âmbito das comissões que se apresentam e se estudam todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de um projeto. Nas Comissões se possibilita que esses aspectos sofram ampla discussão e haja mais liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer da Comissão, irá orientar o Plenário na apreciação da matéria.

São duas as formas de apreciação: a conclusiva, quando os projetos são apreciados somente pelas Comissões, que têm o poder de aprová-los ou rejeitá-los, sem ouvir o Plenário; e a realizada pelo Plenário propriamente dita, quando este é quem dá a palavra final sobre o projeto, após a análise das comissões.

O Regimento estabelece (art. 24, II) quando o projeto será conclusivo nas Comissões ou se deverá também ser apreciado pelo Plenário. De forma geral, os projetos que afetam direitos constitucionais mais delicados, como o direito à vida e à liberdade, entre outros, deverão passar pelo crivo do Plenário.

Principais tipos de proposições legislativas:

Projeto de Lei (PL)

Proposição destinada a dispor sobre matéria de competência normativa da União e pertinente às atribuições do Congresso Nacional. Sujeita-se, após aprovado, à sanção ou ao veto presidencial.

Projeto de Lei Complementar (PLP)

Proposição destinada a elaboração de Lei Complementar.

Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN)

Proposição destinada a dispor sobre matéria orçamentária de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, analisada pela CMO, que sobre ela emitirá parecer, e apreciada pelo Congresso Nacional.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC)

Proposição legislativa destinada a alterar a Constituição Federal.

Projeto de Decreto Legislativo (PDL)

Proposição que visa a regular as matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República.

Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) - Câmara

Proposição legislativa que visa a apurar irregularidades no âmbito da administração pública.

Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) - Senado

Matéria que visa à fiscalização e ao controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da Administração Indireta.



ELEIÇÕES COMISSÕES PERMANENTES CÂMARA DOS DEPUTADOS 2026

Comissões da Câmara dos Deputados

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC

Presidente

Leur Lomanto Júnior (UNIÃO/BA)
dep.leurlomantojunior@camara.leg.br

Comissão de Finanças e Tributação CFT

Presidente

Merlong Solano (PT/PI)
dep.merlongsolano@camara.leg.br

Comissão de Saúde - CSAUDE

Presidente

Giovani Cherini (PL/RS)
dep.giovanicherini@camara.leg.br

Comissão de Cultura - CCULT

Presidente

Carol Dartora (PT/PR)
dep.caroldartora@camara.leg.br

Comissão de Educação - CE

Presidente

Benes Leocádio (UNIÃO/RN)
dep.benesleocadio@camara.leg.br

Comissão de Administração e Serviço Público - CASP

Presidente

Delegada Ione (AVANTE/MG)
dep.delegadaione@camara.leg.br

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Presidente

Alexandre Lindenmeyer - (PT/RS)
dep.alexandrelingenmeyer@camara.leg.br

Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação - CCTI

Presidente

Átila Lira (PP/PI)
dep.atilamlira@camara.leg.br



ELEIÇÕES COMISSÕES PERMANENTES CÂMARA DOS DEPUTADOS 2026

Comissões da Câmara dos Deputados

Comissão de Trabalho - CTRAB

Presidente

Max Lemos - (PDT/RJ)

dep.maxlemos@camara.leg.br

Comissão de Defesa do Consumidor - CDC

Presidente

Clodoald Magalhães - (PV/PE)

dep.clodoaldmagalhaes@camara.leg.br

Comissão de Indústria, Comércio e Serviços - CICS

Presidente

Beto Richa - (PSDB/PR)

dep.betoricha@camara.leg.br

Comissão de Desenvolvimento Econômico - CDE

Presidente

Jadyel Alencar - (REPUBLICANOS/PI)

dep.jadyelalencar@camara.leg.br

Comissão de Minas e Energia - CME

Presidente

Joaquim Passarinho - (PL/PA)

dep.joaquimpassarinho@camara.leg.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

Presidente

Luiz Nishimori - (PSD/PR)

dep.luiznishimori@camara.leg.br

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

Presidente

Cobalchini - (MDB/SC)

dep.cobalchini@camara.leg.br

Comissão de Viação e Transportes - CVT

Presidente

Cláudio Cajado - (PP/BA)

dep.claudiocajado@camara.leg.br



ELEIÇÕES COMISSÕES PERMANENTES CÂMARA DOS DEPUTADOS 2026

Comissões da Câmara dos Deputados

Comissão de Turismo - CTUR

Presidente

Daniela Reinehr - (PL/SC)

dep.danielareinehr@camara.leg.br

Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família - CPASF

Presidente

Bruno Ganem - (PODE/SP)

dep.brunoganem@camara.leg.br

Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional - CINDRE

Presidente

Moses Rodrigues - (UNIÃO/CE)

dep.mosesrodrigues@camara.leg.br

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD

Presidente

Rodrigo Rollemberg - (PSB/DF)

dep.rodrigorollemberg@camara.leg.br

Comissão de Comunicação - CCOM

Presidente

Maria Rosas - (REPUBLICANOS/SP)

dep.mariarosas@camara.leg.br

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher - CMULHER

Presidente

Erika Hilton - (PSOL/SP)

dep.erikahilton@camara.leg.br

Comissão do Esporte - CESPO

Presidente

Saulo Pedroso - (PSD/SP)

dep.saulopedroso@camara.leg.br

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial - CDHMIR

Presidente

Alice Portugal - (PCdoB/BA)

dep.aliceportugal@camara.leg.br



ELEIÇÕES COMISSÕES PERMANENTES CÂMARA DOS DEPUTADOS 2026

Comissões da Câmara dos Deputados

Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU

Presidente

Keniston Braga - (MDB /PA)
dep.kenistonbraga@camara.leg.br

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CIDOSO

Presidente

Weliton Prado - (SOLIDARIEDADE/MG)
dep.welitonprado@camara.leg.br

Comissão de Legislação Participativa - CLP

Presidente

Dr. Frederico - (PRD/MG)
dep.dr.frederico@camara.leg.br

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN

Presidente

Luiz Philippe de Orleans e
Bragança (PL/SP)
dep.luizphilippedeorleansebraganca@camara.leg.br

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO

Presidente

Coronel Meira - (PL/PE)
dep.coronelmeira@camara.leg.br

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais - CPOVOS

Presidente

Juliana Cardoso - (PT/SP)
dep.julianacardoso@camara.leg.br



Comissões Permanentes – Presidências e Contatos Institucionais - Senado Federal

Comissões da Câmara dos Senadores

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Presidente

Otto Alencar (PSD-BA)

E-mail: sen.ottoalencar@senado.leg.br

Comissão de Assuntos Econômicos CAE

Presidente

Renan Calheiros (MDB-AL)

E-mail: sen.renancalheiros@senado.leg.br

Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Presidente:

Marcelo Castro (MDB-PI)

E-mail: sen.marcelocastro@senado.leg.br

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Presidente

Damares Alves (Republicanos-DF)

E-mail: sen.damaresalves@senado.leg.br

Comissão de Educação e Cultura – CE

Presidente

Teresa Leitão (PT-PE)

E-mail: sen.teresaleitao@senado.leg.br

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Presidente

Zequinha Marinho (Podemos-PA)

E-mail: sen.zequinhamarinho@senado.leg.br

Comissão de Meio Ambiente – CMA

Presidente

Sen. Fabiano Contarato (PT-ES)

E-mail: sen.fabianocontarato@senado.leg.br

Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Presidente:

Marcos Rogério (PL-RO)

E-mail: sen.marcosrogerio@senado.leg.br



Comissões Permanentes – Presidências e Contatos Institucionais - Senado Federal

Comissões da Câmara dos Senadores

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Presidente

Nelsinho Trad (PSD-MS)

E-mail: sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

Comissão de Segurança Pública – CSP

Presidente

Flávio Bolsonaro (PL-RJ)

E-mail: sen.flaviobolsonaro@senado.leg.br

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC

Presidente

Dr. Hiran (PP-RR)

E-mail: sen.hiran@senado.leg.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática – CCT

Presidente

Flávio Arns (PSB-PR)

E-mail: sen.flavioarns@senado.leg.br

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Presidente

Professora Dorinha Seabra (União-TO)

E-mail: sen.dorinhaseabra@senado.leg.br

Comissão de Esporte – CEsp

Presidente

Leila Barros (PDT-DF)

E-mail: sen.leilabarros@senado.leg.br

Comissão de Defesa da Democracia CDD

Situação: Comissão permanente criada, aguardando instalação no biênio 2025–2026.

Comissão de Comunicação e Direito Digital – CCDD

Situação: Comissão permanente criada, aguardando instalação no biênio 2025–2026.

TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PL 4016/2020

Autor: Dep. Christino Áureo (PP/RJ)

Ementa: Altera a legislação do Imposto de Renda para permitir a dedução das contribuições extraordinárias pagas aos planos de previdência complementar, reduzindo o impacto tributário sobre participantes e assistidos.

Situação atual: Tramita na Câmara dos Deputados, aguardando parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 4690/2023

Autor: Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Ementa: Dispõe sobre a dedutibilidade das contribuições realizadas por pessoas físicas a planos de previdência complementar, ampliando as possibilidades de abatimento no Imposto de Renda.

Situação atual: Em análise na Câmara dos Deputados, aguardando parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PL 4693/2023

Autor: Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 11.053/2004 para modificar regras de tributação aplicáveis aos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Situação atual: Aguardando designação de relator na CPASF

PL 4694/2023

Autor: Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Ementa: Afasta a incidência do Imposto de Renda sobre contribuições vertidas a planos de previdência complementar vinculadas à participação nos lucros ou resultados das empresas.

Situação atual: Tramita na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PL 4697/2023

Autor: Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Ementa: Dispõe sobre a incidência do Imposto de Renda sobre rendimentos pagos a título de benefícios e resgates nos planos de previdência complementar.

Situação atual: Aguardando parecer na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

PL 2744/2025

Autor: Dep. Capitão Alberto Neto (PL/AM)

Ementa: Autoriza a dedução, no Imposto de Renda, das contribuições realizadas em planos de previdência complementar de caráter familiar, ampliando o alcance da proteção previdenciária.

Situação atual: Tramita na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PL 2752/2025

Autor: Dep. Luiz Carlos Hauly (PODE/PR)

Ementa: Permite que participantes e assistidos que ingressaram em planos de previdência complementar antes de 2005 possam optar pelo regime de tributação regressiva, corrigindo desigualdades entre gerações de participantes.

Situação atual: Em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 7781/2014

Autor: Dep. Carlos Bezerra (MDB/MT)

Ementa: Concede isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física sobre valores resgatados de planos de previdência complementar por participantes portadores de moléstias graves, garantindo proteção financeira em situações de maior vulnerabilidade.

Situação atual: Projeto pronto para inclusão na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados

TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA FISCAL NA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PL 581/2019

Autor: Sen. Álvaro Dias (Podemos/PR)

Ementa: Equipara o tratamento tributário da participação nos lucros ou resultados das empresas ao aplicado à distribuição de lucros e dividendos, com reflexos positivos para estruturas previdenciárias vinculadas.

Situação atual: Aprovado em comissão, encontra-se pronto para pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados.

EQUACIONAMENTO DE DÉFICITS E CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

PL 1739/2024

(antigo PL 8821/2017)

Autor: Dep. Sérgio Souza (MDB/PR)

Ementa: Permite a dedução integral, no Imposto de Renda, das contribuições extraordinárias pagas por participantes e assistidos para equacionamento de déficits em planos de previdência complementar, mitigando os impactos financeiros do equacionamento.

Situação atual: Em tramitação no Senado Federal, aguardando parecer do relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

PLP 15/2022

Autor: Sen. Fernando Collor (PROS/AL)

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 109/2001 para limitar a instituição de contribuições extraordinárias e assegurar ao participante o direito de se aposentar segundo as regras vigentes no momento da adesão ao plano.

Situação atual: Tramita no Senado Federal, aguardando designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

EQUACIONAMENTO DE DÉFICITS E CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

PLP 439/2017

Autor: Dep. Efraim Filho (União/PB)

Ementa: Disciplina critérios e procedimentos para o equacionamento de déficits em planos de previdência complementar, buscando maior equilíbrio e proteção aos participantes.

Situação atual: Em análise na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Previdência (CPASF).

PLP 265/2016

Autor: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Ementa: Estabelece que a recomposição de reservas matemáticas decorrentes de decisões judiciais seja de responsabilidade exclusiva da patrocinadora dos planos de previdência complementar.

Situação atual: Pronto para pauta na CPASF

GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO

PL 5546/2019

Autor: Sen. José Aníbal (PSDB/SP)

Ementa: Tipifica crimes de gestão fraudulenta e temerária, ampliando a responsabilização penal de dirigentes de entidades de previdência complementar e regimes próprios.

Situação atual: Pronto para deliberação na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados.

PLP 58/2023

Autor: Sen. Rogério Marinho (PL/RN)

Ementa: Estabelece requisitos mínimos para nomeação de membros dos conselhos e da diretoria executiva das entidades fechadas de previdência complementar, ampliando critérios de qualificação e governança.

Situação atual: Em tramitação no Senado Federal, aguardando parecer do relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO

PLP 268/2016

Autor: Sen. Valdir Raupp (MDB/RO)

Ementa: Aprimora as normas de governança das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entes públicos.

Situação atual: Pronto para deliberação no Plenário da Câmara dos Deputados.

PLP 84/2015

Autora: Dep. Maria do Rosário (PT/RS)

Ementa: Altera as Leis Complementares nº 108 e nº 109 para fortalecer direitos dos participantes, aperfeiçoar a organização do regime de previdência complementar e aprimorar mecanismos de governança.

Situação atual: Pronto para pauta na CTRAB

GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO

PDL 483/2023

Autor: Dep. Alberto Fraga (PL/DF)

Ementa: Susta os efeitos da Resolução nº 23/2023 da Previc, que estabelece procedimentos considerados prejudiciais aos participantes dos planos de previdência complementar.

Situação atual: Aguardando designação de relator na CPASF

PLP 87/2026:

Autor: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Altera a Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, para exigir que investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores de entidades fechadas de previdência complementar de que tratam os §§ 3º a 6º do art. 202 da Constituição Federal sejam aprovados pela maioria absoluta dos respectivos conselhos deliberativos, dentre outras providências.

Situação atual: Aguardando designação de relator na CAE

DIREITOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

PL 294/2020

Autor: Dep. Roberto de Lucena (Republicanos/SP)

Ementa: Isenta do Imposto de Renda da Pessoa Física os proventos de aposentadoria e pensão.

Situação atual: Aguardando designação de relator na CFT

PL 7172/2010

Autor: Sen. César Borges (BA)

Ementa: Reduz a idade mínima para aplicação da parcela isenta do Imposto de Renda sobre rendimentos de aposentadoria.

Situação atual: Tramita na Câmara dos Deputados, aguardando designação de relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

PL 2797/2020

Autor: Dep. Paulo Ramos (PDT/RJ)

Ementa: Define a competência da Justiça do Trabalho para julgar ações envolvendo aposentados e pensionistas e fundos de previdência privada de empresas estatais.

Situação atual: Aguardando designação de relator na CCJC.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E RELAÇÃO COM O ESTADO

PDL 313/2022

Autor: Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)

Ementa: Susta os efeitos da Resolução CGPAR nº 42/2022, que impõe diretrizes sobre patrocínio e gestão de planos de previdência em estatais.

Situação atual: Tramita na Câmara dos Deputados, aguardando parecer na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

PDL 325/2022

Autor: Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)

Ementa: Susta dispositivos da Resolução CGPAR nº 42/2022 considerados prejudiciais aos direitos dos participantes.

Situação atual: Aguardando parecer na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E RELAÇÃO COM O ESTADO

PDL 348/2022

Autora: Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

Ementa: Susta normas da CGPAR que afetam o patrocínio de planos de previdência complementar por empresas estatais.

Situação atual: Aguardando designação de relator na Comissão de Previdência (CPASF).

PLP 12/2020

Autor: Dep. Gilson Marques (Novo/SC)

Ementa: Revoga o §4º do art. 14 da Lei Complementar nº 109/2001, que trata do regime da previdência complementar.

Situação atual: Em análise na Câmara dos Deputados, aguardando parecer do relator na Comissão de Previdência (CPASF).

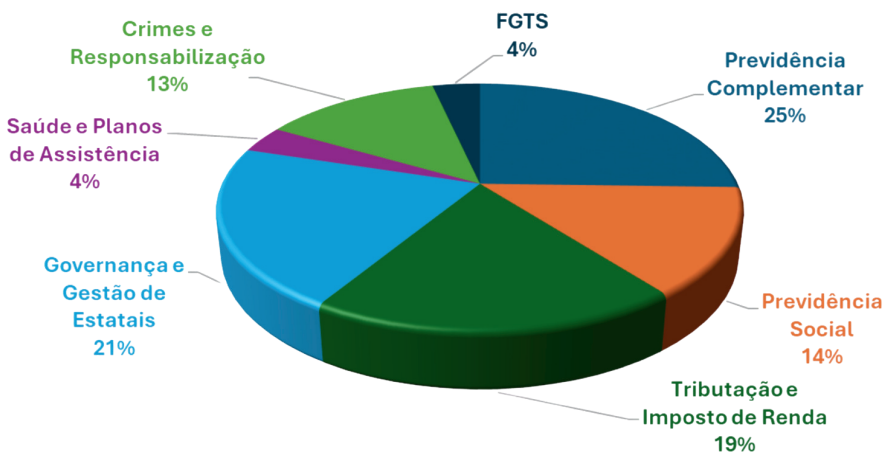
Fique atento

A Agenda Legislativa está sujeita a alterações ao longo do ano, servindo apenas como base inicial. As atualizações serão disponibilizadas no site da AMBEP e nos Informativos Parlamentares mensais. Acompanhe em: www.ambep.org.br.

Acompanhamento de Proposições Legislativas

Entre janeiro de 2024 e abril de 2026, foram monitoradas **124 proposições** em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Destas, 50 proposições apresentaram algum tipo de avanço, como aprovação em comissões, apresentação de pareceres ou aprovação definitiva.

Classificação por tema



AMBEP no Congresso: resultados que fortalecem 2025 e projetam 2026

Em 2025, mais uma vez, a AMBEP consolidou sua atuação no Congresso Nacional como uma voz ativa e estratégica na defesa dos participantes da previdência complementar fechada.

Com presença constante em reuniões, audiências e articulação com parlamentares, a associação avançou em pautas relevantes, contribuindo diretamente para a preservação de direitos e o fortalecimento da segurança jurídica dos fundos de pensão.

Entre os principais resultados, destacam-se:

- Monitoramento contínuo de 124 Projetos de Lei de interesse dos associados;
- Atuação técnica nas comissões, com elaboração de notas e posicionamentos institucionais;
- Avanços na agenda tributária, com defesa de medidas que ampliam justiça fiscal aos participantes;
- Apoio à criação e fortalecimento da Frente Parlamentar Mista em defesa das EFPCs.
- Esse trabalho estruturado, conduzido pela Célula Parlamentar, reforça o compromisso da AMBEP com uma previdência complementar mais justa, transparente e sustentável.
- Com base nos resultados alcançados, a Agenda Legislativa 2026 se projeta ainda mais propositiva, fortalecendo o diálogo institucional e ampliando a defesa dos interesses dos associados no cenário nacional.

Dúvidas frequentes sobre a tramitação dos Projetos de Lei

O que é Processo Legislativo?

É o conjunto de atos realizados pelos órgãos do Poder Legislativo, de acordo com regras previamente fixadas, para elaborar normas jurídicas (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias e outros tipos normativos dispostos no art. 59 da Constituição Federal).

Quem pode propor um Projeto de Lei?

De acordo com o art. 61 da Constituição Federal, um projeto de lei pode ser proposto por qualquer parlamentar (deputado ou senador), de forma individual ou coletiva, por qualquer comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, pelo Presidente da República, pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores e pelo Procurador-Geral da República. A Constituição ainda prevê a iniciativa popular de leis, permitindo aos cidadãos apresentar à Câmara dos Deputados projeto de lei, desde que cumpram as exigências estabelecidas no §2º do art. 61. Outra forma de participação popular que a sociedade dispõe para propor projetos de lei é a apresentação de sugestões legislativas (SUGs) à Comissão de Legislação Participativa (CLP).

Como tramita um Projeto de Lei?

Os projetos começam a tramitar na Câmara, à exceção dos apresentados por senadores, que começam no Senado. O Senado funciona como Casa revisora para os projetos iniciados na Câmara e vice-versa.

Se o projeto da Câmara for alterado no Senado, volta para a Câmara. Da mesma forma, se um projeto do Senado for alterado pelos deputados, volta para o Senado. A Casa onde o projeto se iniciou dá a palavra final sobre seu conteúdo, podendo aceitar ou não as alterações feitas na outra Casa.

Os projetos são distribuídos às comissões conforme os assuntos de que tratam. A maioria dos projetos tramita em caráter conclusivo, o que significa que, se forem aprovados nas comissões, seguem para a próxima Casa sem precisar passar pelo Plenário.

Os projetos de lei ordinária são aprovados com maioria de votos (maioria simples), desde que esteja presente no Plenário a maioria absoluta dos parlamentares.

Os projetos de lei aprovados nas duas Casas são enviados ao presidente da República para sanção. O presidente tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar. O veto pode ser total ou parcial. Todos os vetos têm de ser votados pelo Congresso. Para rejeitar um veto, é preciso o voto da maioria absoluta de deputados (257) e senadores (41).

Qual é o quórum mínimo para deliberação em Plenário?

Via de regra, a Constituição Federal, em seu art. 47, estabelece que as deliberações de cada Casa Legislativa serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Para o Plenário, o número mínimo de membros presentes para que haja deliberação é de 257 deputados, que é o primeiro número inteiro superior à metade do número total dos 513 deputados.

No entanto, há determinados tipos de proposição que exigem um quórum especial de votação. As Propostas de Emenda à Constituição (PEC), para aprovação, exigem um quórum mínimo de 3/5 de votos favoráveis do total de membros da Casa, ou seja, o equivalente a 308 votos. Os Projetos de Lei Complementar (PLP) também exigem um quórum diferenciado para a sua aprovação, que é, no mínimo, a maioria absoluta de votos favoráveis, ou seja, 257 votos.

CONCLUSÃO

A Agenda Legislativa é mais um passo no diálogo da AMBEP com o Parlamento brasileiro, em todos os seus espectros políticos partidários, com vistas à defesa dos interesses de nossos Associados.

Ao descrever de forma breve a sua linha de atuação, a Associação pretende conferir amplo alcance às suas preocupações sobre os diversos temas enfrentados em seu cotidiano.

Espera-se que a Agenda possa servir como mais um guia para a análise de projetos legislativos que tratem de temas relacionados de interesse da categoria petroleira.

 AMBEP

 ambepassociacao

 AMBEP

 AMBEP OFC.

 www.ambep.org.br



ACOMPANHE NAS NOSSAS REDES

Basta apontar a câmera do seu celular para o QR Code

Lilian Duffrayer

Analista de Relações Institucionais

Liliane Marques

Coordenadora Jurídica

ASSESSORIA PARLAMENTAR

Lucas Sá - Parlamento Consultoria

GERENCIAMENTO, EDITORAÇÃO E
PRODUÇÃO

Lorena Souza

Gerente de Comunicação

Jonathan Fonseca

Designer



VEM SER
 ambep!

Faça como os mais de 30 mil associados da ativa, aposentados e pensionistas do sistema Petrobras que têm seus interesses defendidos pela AMBEP.

A maior Associação de petroleiros do Brasil espera por você. Associe-se e desfrute dos nossos multibenefícios.



Descubra por que somos mais de
30 mil Ambepianos.

